

A construção de um Mercosul Social

Luiz Eduardo W. Wanderley*

Resumo

Texto apresentado originalmente à Comissão do Mercosul da CLACSO. Trata-se de um estudo comparativo entre a chamada Europa Social e o processo em construção de um Mercosul Social, seus limites e potencialidades. O presente artigo se centra apenas na parte do Mercosul Social, com informações sobre o social, o debate sobre a dívida externa, e indicação de iniciativas governamentais e da sociedade civil de âmbito regional com foco no social

Abstract

Text originally presented to CLACSO's Mercosul Commission. Its about a comparative study between (the called) Social Europe and a future Social Mercosul, its boundaries, weakness, strenghts and opportunities. The following article is focused mainly in Social Mewrcosul, its social behaviour, external debt debates, governamemntal and civil iniciatives looking forward regional integration.

É desnecessário insistir sobre as enormes diferenças existentes entre a Comunidade Européia e o Mercosul, em quaisquer campos e principalmente no campo social. Causas históricas e estruturais configuram uma realidade específica de nosso continente e do Mercosul em particular; as quais vêm sendo potencializadas pelas medidas de ajuste estrutural derivadas do Consenso de Washington, e pelas mudanças aceleradas no capitalismo (acumulação flexível, desregulação do Estado, privatização das políticas sociais, reestruturação produtiva, desemprego estrutural, economia informal etc.). Com efeitos conhecidos nos planos

* Sociólogo, professor titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP, na qual foi reitor (1984-1988). Coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos do Pós em Ciências Sociais. Publicou os livros *O que é universidade* (São Paulo: Brasiliense), *Educar para transformar* (Petrópolis, Vozes), e os citados neste artigo, além de inúmeros artigos em publicações especializadas.

sócio-econômico-político-cultural, que acentuam elementos de pobreza, desigualdades sociais, exclusões.

No presente trabalho, vou salientar uns poucos aspectos mais diretamente vinculados às questões sociais.

1. Panorama Social na América Latina e no Mercosul

Dados oferecidos pelas agências mundiais, pela CEPAL, pelos institutos especializados dentro de cada país, mostram um panorama terrível, ainda que tenha havido melhoras em determinados indicadores econômicos e sociais. O número de pobres (indicadores sociais formulados pela CEPAL, no *Panorama Social da América Latina*), saltou de 136 milhões em 1980, para 200 milhões no início da década, chegando a 214 milhões em 2001, quase 43% da população latino-americana vivendo na pobreza. Desta, 92,8% (18,6%) eram indigentes. Em estudo que realizei (Wanderley, 2000), chamava a atenção para o cuidado na interpretação desses dados estatísticos, tendo em vista a disparidade gritante nos números apresentados (por exemplo, entre a CEPAL, o Banco Mundial, e o Projeto Regional para a Superação da Pobreza - PRSP do PNUD).

No âmbito dos sindicatos, vale uma referência à articulação existente entre as centrais sindicais da região desde 1986, na Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), composta da CGT e CTA (Argentina), CUT, CGT e Força Sindical (Brasil), CUT (Chile), CUT (Paraguai), PIT/CNT (Uruguai). Pelo reconhecimento obtido, um dos espaços de participação tem por centro o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), constituído em caráter regional e com seções nacionais, reunindo empresários, trabalhadores, e, no caso brasileiro e argentino, também organizações de consumidores, e buscando a presença de algumas ONGs. Chega a aglutinar 65% dos trabalhadores sindicalizados do Cone Sul e 90% dos países do Mercosul. “O grande desafio é

transformá-lo num fórum efetivo de negociação e de acordos entre os atores sociais perante a integração, caso contrário será apenas mais um fórum de debates” (Jacobsen, 1998: 108). Em suas diretrizes constam a criação de políticas de emprego, atingir o desenvolvimento sustentável, e a elaboração de um Código de Defesa do Consumidor. Funciona, também, um Conselho de Trabalhadores do Cone Sul (CTCS), que abarca 35% dos trabalhadores organizados.

A participação dos trabalhadores acontece, ademais, nos distintos grupos de trabalho temáticos (transporte, indústria, agricultura, energia etc.), podendo-se lembrar, também, do Subgrupo de Normas Trabalhistas (SGT-10), reunindo governos, empresários e sindicatos, objetivando assegurar o mínimo de garantias no campo do trabalho para os trabalhadores da região, mas que não obriga os órgãos decisórios, apresentando-se mais como uma “expressão de intenção”. Acrescentem-se o Subgrupo de Trabalho sobre Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social, e a criação do Observatório de Emprego.

A participação nos subgrupos tem contribuído também para a aglutinação das entidades sindicais, a nível setorial, como no setor automobilístico, energia elétrica, agricultura, entre outros, embora faltem ainda iniciativas em vários setores. Quanto às reivindicações da Carta Social e de criação de Fundos, não tem havido avanços, embora continuem na agenda política. Considerando a vigência de governos neoliberais em nossos países, com pouca ou nenhuma disposição para adotar direitos sociais, a sua aceitação dependerá de mobilização dos trabalhadores e da sociedade (Jacobsen: 1998:108).

Mais proximamente, é relevante destacar o Manifesto da CCSCS (Montevideu, 25 de fevereiro de 2004), com comentários críticos sobre *O Mercosul depois de Ouro Preto: as prioridades do movimento sindical*, considerando as resoluções tomadas em Ouro Preto II. De uma parte, os representantes ressaltam como passos importantes, acontecidos no *plano interno*: o Lançamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul; a aprovação da continuidade de construção do Parlamento do Mercosul; a

criação de um Grupo de Trabalho de Alto Nível para a adoção de uma Estratégia de Geração de Emprego no Mercosul (com composição interministerial e participação de organizações sindicais e empresariais). Na sua análise, este Grupo derivou da Conferência Regional de Emprego, realizada em abril de 2004, que se concretizou por demanda e pressão da CCSCS. E, no *plano externo*, a ampliação do Bloco na América do Sul, com a adesão da Venezuela, Colômbia e Equador, considerados como Estados Associados, junto com Chile, Peru e Bolívia, que já haviam aderido anteriormente; e a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (novembro, em Cuzco).

Mas a crítica se dirige aos temas substantivos, cujo balanço, em sua opinião, indica resultados modestos, principalmente na Reforma Institucional do Mercosul e na definição de uma política de complementação e integração produtiva. No documento, se diz que

há um fato claro e determinante de que até agora não houve mudanças nas políticas monetária, fiscal e macroeconômica nacionais, que continuam condicionadas pelos compromissos e regras do sistema financeiro internacional (...) Não é, e não será, possível concretizar um mercado comum se prevalecer a concepção do bloco como uma base exportadora das empresas transnacionais e produtos primários em relação a terceiros mercados. Não há possibilidade de concretizar a formação de um bloco forte, e com coesão interna, capaz de promover um novo modelo de desenvolvimento econômico, produtivo e social, mantendo-se esta contradição entre as opções políticas internas e o projeto de consolidar o Mercosul como a base estratégica de inserção internacional de nossos países” (mesmo Documento, p. 2).

São questões básicas que condicionam o futuro do bloco, pois, para eles isto

significa finalizar as regras para uma associação comercial, a adoção de uma estrutura institucional mais profunda e de caráter supranacional e a definição de uma política industrial e agrícola comum, que inclua também as médias, pequenas e microempresas, as cooperativas e a agricultura familiar e tenha como primeiro objetivo a geração de empregos de qualidade e com proteção trabalhista e considerável melhora na distribuição de renda (*idem*, p. 2).

No capítulo da integração produtiva e os fundos estruturais, a Coordenadora pretende prosseguir pressionando pela criação da Comissão de Desenvolvimento Produtivo e Infra-estrutura,

tendo claro que sua prioridade deve ser a articulação das políticas de indústria, agricultura, transportes, portos, energia, comunicações, etc., voltadas à ampliação da participação das empresas e setores do comércio, integração das cadeias produtivas e geração de empregos” (*idem*, p. 3).

Ademais, fortalecer e ampliar os Foros de Competitividade e Integração das Cadeias Produtivas. Tudo, tendo por premissa a participação e pressão dos trabalhadores e trabalhadoras do Mercosul.

No capítulo específico do emprego, pretendem criar um Comitê Permanente de Emprego, no âmbito do Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Emprego (GTE), “que contemplem as questões de gênero, a juventude, as pequenas empresas, a agricultura familiar e a capacitação profissional” (*idem*, p. 4).

Nos países membros do Bloco, as crises econômico-financeiras foram condicionadas por problemas de distintas naturezas: pagamento da dívida externa; taxas altas de inflação; elevação de taxas de juros; corrupção institucionalizada; abalos nas Bolsas; valorização cambial; baixo crescimento econômico; para indicar alguns. Os quais geraram impactos políticos e sociais de monta. Se os anos 1980 foram chamados de “década perdida”, os anos 1990 também não foram muito promissores, e o início do século XXI mantém a sina negativa.

Tomando por referência a Argentina e o Brasil, as pesquisas informam que aumentou o fosso entre ricos e pobres. Em artigo sobre a crise social na América Latina, Costa Lima (2000: 112-113) aponta que, na Argentina, nos últimos 28 anos, 10% da população reduziu sua renda em 54,8%, e os mais ricos a aumentaram em 58,9% (dados da empresa Equis – Equipos de Investigación Social). O número de trabalhadores, sem vínculo empregatício, passou de 25,3%, em 1990, para 37,1%, em 1999. O

trabalho informal cresceu 46%, com destaque nas pequenas e médias empresas, e incidindo particularmente nos jovens e mulheres com idade entre 18 e 21 anos. No Brasil, a concentração de renda (dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aumentou, os ricos sendo apenas 2% da população que ganha acima de 20 salários mínimos. Na década de 1990, acessaram o mercado de trabalho uma média de 13,6 milhões de pessoas, porém apenas 8,5 milhões encontraram emprego, isto é, 62,5%, quando no início dos anos 1988, o índice era de 96,1%. Segundo Pochmann (*apud* Costa Lima: 112), dois fatores tiveram peso maior nesse resultado: o enxugamento do emprego público, e a abertura às importações, “que retirou 1,2 milhões de empregos da indústria, em segmentos como autopeças, eletroeletrônicos, calçados e têxteis”. Dentre os empregados, apenas 62,8% possuem carteira assinada pelo empregador. A renda média dos 10% superiores de pessoas ocupadas no país é 20,6% maior que a dos 40% mais pobres. Para este autor, as saídas existem, mas muitas delas estão relacionadas com o campo da política, “como a reversão do processo de concentração patrimonial e de renda”.

Face à desestruturação do mercado de trabalho, ocorrido nos países do Mercosul, eles passaram a registrar taxas crescentes de desemprego, multiplicadas nas décadas de 80 e 90 do século passado e acentuadas nas regiões metropolitanas. Concomitantemente, houve uma redução dos empregos assalariados no total da ocupação, e uma expansão das ocupações precárias (ver gráficos elaborados por Pochmann, 2000, com base na OIT).

O mesmo autor salienta as oscilações no campo trabalhista, com o restabelecimento dos regimes democráticos, ora com o fortalecimento das entidades representativas do conjunto dos trabalhadores, ora com a sua desaceleração. Nas áreas urbanas, houve também um enfraquecimento da taxa de sindicalização, acompanhando uma tendência internacional motivada pelas privatizações e desestruturação do mercado de trabalho.

No geral, o sindicalismo perde o dinamismo, trazendo desaceleração nos conflitos coletivos e enfraquecimento nas negociações coletivas.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), baseados na PME (Pesquisa Mensal de Emprego), indicam que aumentou a faixa de trabalhadores que ganham até um salário mínimo (R\$ 260; e que foi para R\$ 300, em 1º. de maio de 2005). Em 2003, nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, 14,4% recebiam este valor. Em 2004, o percentual foi de 16,2%. No segmento das mulheres, o percentual é ainda maior 23,3% (março de 2005). Entre as explicações citadas, comparecem: ingresso massivo de pessoas no mercado informal, a crise cambial pré-eleições de 2002, com a conseqüente alta de juros e freada do crescimento, proliferação das contratações de prestadores de serviços. (*Folha de S. Paulo*, 28 de abril de 2005, página B 1).

Para destacar um segmento social com mobilização direcionada a ter parte ativa no Mercosul, Rofman (2001: 135-6) lista as sucessivas convocatórias dos pequenos agricultores agrários da região, com ênfase nos representantes de agricultores familiares. Quais são as suas proposições? Entre outras propostas:

- a) Reclamamos la instrumentación de políticas agrícolas y agrárias que democraticen el acceso a la tierra y otros recursos (capital, tecnologia apropiada, acceso a los mercados) que garanticen el desarrollo de una agricultura sustentable que mejore la calidad de vida.
- b) Reclamamos la participación de las organizaciones representativas de los agricultores familiares y trabajadores rurales em el diseño y ejecución de políticas diferenciales que atiendan a las particularidades de este importante sector econômico y social de nuestros países.
- c) Continuaremos en la búsqueda de espacios para participar activamente em las instancias nacionales y del Mercosur, especialmente em aquellas em que se estudien y planifiquen la armonización de políticas y los imprecindibles procesos de reconversión de nuestro sector, promoviendo las acciones y movilizaciones que resulten necesarias para ello (Carballo, Buenos Aires, 1997, págs. 77-78)".

Este mesmo autor enfatiza o que ele denomina de *brechas estructurales* entre os atores sociais, variáveis segundo sua inserção no processo

econômico-social, e que se fundam basicamente nas relações de poder desiguais que este processo gera e estimula. Ele as apresenta do seguinte modo:

- A brecha de capacidade de gestão, que implica uma atitude desigual entre os inseridos exitosos e os que tendem a desaparecer.
- A brecha da informação, ancorada no acesso desigual ao conhecimento pleno da informação.
- A brecha da capacitação laboral e gerencial, baseada no fato de que quem não dispõe de tal nível de capacitação fica impedido de dar respostas satisfatórias às demandas do mercado.
- A brecha do financiamento, que ilustra as diferenças entre os que possuem recursos abundantes e os mais débeis do tecido produtivo.
- A brecha de incorporação de tecnologia inovadora, vinculada às demais, importante para atender aos padrões de eficácia e eficiência que a realidade impõe.

E salienta que essas brechas se vinculam com situações institucionais diferenciadas (propriedade da terra, nível educativo dos responsáveis, proximidade das fontes de poder por mecanismos lícitos e ilícitos etc.).

Nesse campo voltado mais diretamente ao social, de resto, as propostas de natureza governamental, incluindo as de maior volume do Terceiro Setor e mesmo de certas ONGs, têm optado por projetos de *focalização*, buscando atender aos mais pobres, o que tem sido interpretado como um processo de “refilantropização” (Yasbeck,). Seus defensores alegam que, na impossibilidade de contar com recursos mais substantivos para políticas universalistas, esses projetos têm sido eficazes e contemplam um número crescente de usuários. Como apontei, em outra ocasião, agências continentais e mundiais passam a se preocupar com o quadro perverso de pobreza e desigualdade social entre os chamados países ricos e os pobres (basta ver os documentos sobre desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável do PNUD); porém, sem ignorar o fosso entre a retórica das declarações e das boas intenções manifestadas, pois há um desequilíbrio se as confrontarmos com os passos oferecidos

para a sua superação. No caso brasileiro, objetivando um conhecimento mais profundo das situações de pobreza, para poder ampliar o escopo da inclusão social, foram forjados indicadores sociais relevantes que podem ser encontrados no Mapa da Exclusão Social (Sposati, 1996) e no Atlas da Exclusão Social (Pochmann, 2003), além dos dados oferecidos pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) entre outros.

Além das diversas iniciativas indicadas, surge uma perspectiva de valorizar um *Programa Mercosul Social e Solidário*, com ênfase na atuação da Sociedade Civil organizada. Ele conta com 18 organizações não-governamentais de cinco países (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile) e é financiado pela União Européia. O principal objetivo é melhorar o exercício da cidadania e a qualidade de vida de grupos sociais marginalizados nos países do Cone Sul, consolidando processos democráticos na região pela promoção dos direitos humanos fundamentais, criação de instrumentos na defesa de interesses desses atores sociais na integração regional, e fortalecimento das organizações com a criação de redes e estruturas que assegurem políticas públicas efetivas. No Brasil as três ONGs executoras são: o Centro de Ação Comunitária (CEDAC/RJ), o Centro de Ação Cultural (CENTRAC/PB) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis/SP).

Dentre outras iniciativas voltadas mais diretamente para o social, pode-se exemplificar com:

- O Grupo Técnico de Enlace (GTE, 1992), que coordena vários grupos de cooperativas. As cooperativas aglutinam cerca de 11.900 cooperativas, com aproximadamente 16 milhões de associados, que atuam basicamente na área agro-alimentar, de serviços bancários e públicos, de seguros, na linha de buscar geração de emprego produtivo.

- A Rede de Organizações Sociais e Comunitárias do Mercosul (abril de 2002, em Assunção), que age para favorecer a pequena produção rural e artesanal, e promover a formação de dirigentes comunitários e sociais, e articular com universidades e centros de estudos a pesquisa para o desenvolvimento sustentável.
- Buscando uma nova institucionalidade e uma participação mais efetiva da Sociedade Civil, surgiu o I Encontro por um *Mercosul Social e Produtivo*, por ocasião da XXX Conferência de Chefes de Estado do Mercosul (em julho de 2006, Córdoba). Como fruto mais imediato, houve a realização da *Cumbre do Mercosul Social*, em Brasília, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2006. Dela, vale ressaltar os chamados *Objetivos Macroregionais*: constituir um espaço de discussão de políticas regionais com respeito à participação social e à agenda social do Mercosul. E o *Tema Transversal*; “Desenvolvimento Regional e Participação Social: do Mercosul que temos ao Mercosul que queremos”. A convocação do evento coube ao Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul, à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e à Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. E entre os organizadores constavam: ONGs, movimentos sociais, centrais sindicais, associações, campanhas, CNBB etc.

2. Dívida externa

Tomando por ponto de análise a situação dos últimos anos, por um lado a crise argentina e, por outro lado, as estratégias adotadas nos novos governos (Lula e Kirchner), um tema profundamente polêmico e que vem sendo discutido há anos diz respeito ao pagamento ou não da dívida externa brasileira e argentina, e de todos os países endividados do

chamado Terceiro Mundo. O que implicaria em criar condições objetivas para um redirecionamento desses enormes recursos para as políticas sociais.

Há um certo consenso que o montante das dívidas externas desses países é impagável e o debate se acirra ainda que circunscrito ao pagamento dos *juros da dívida*. Um segmento argumenta que é preciso honrar a dívida, pois os empréstimos são oficiais, os credores (bancos transnacionais, empresários, agências internacionais etc.) não são responsáveis pela falta de governança nos países devedores, e assim por diante. Um segmento crescente, em contraposição, defende a ilegitimidade da dívida financeira e que os credores devem perdoá-la.

Tem havido manifestações crescentes, principalmente de setores da Sociedade Civil (movimentos, partidos, ONGs, igrejas) no sentido de constatar os danos profundos nas populações dos países envolvidos, em grande parte por sua causa e a imperiosidade dela ser cancelada. Algumas declarações vão além e denunciam a cumplicidade das instituições financeiras internacionais em corrupção e crimes contra os devedores. Nesse sentido, vale citar as decisões de um tribunal denominado de opinião, já que não se constitui como tribunal de justiça (Porto Alegre, fevereiro de 2002), analisando a dívida de mais de vinte países do Sul. Trata-se do Tribunal Internacional da Dívida, instituído por iniciativa da rede internacional Jubileu Sul, com a Campanha Jubileu Sul Brasil, a Associação Americana de Juristas, o Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Kairos-Canadá, Jubilee USA Network, Aliança dos povos do Sul Credores da Dívida Ecológica, Ustawi, Marcha Mundial das Mulheres, além de outras entidades; e co-promovido por igrejas, movimentos sociais, associações profissionais, sindicatos, ongs, organizações feministas, partidos políticos e personalidades (do qual constam assinaturas de Adolfo Pérez Esquivel – Argentina; Pedro Rossa – Cuba; Yvonn Yanez – Equador; Mariw Frantz Joachim – Haiti). Os juízes do Tribunal foram: C.P. Chandrasekhar – Índia; Nora Cortinas – Argentina;

Nawal El Saadawi – Egito; Juez Dumisa Ntsebeza – Sudáfrica; Deputy Loretta Rosales – Filipinas; Bispo Demétrio Valentini – Brasil. Vejamos o seu veredicto: (*apud* Fattorelli Carneiro, 2003: 30 e 31)

Os integrantes do júri do Tribunal Internacional dos Povos sobre a Dívida decidem, por unanimidade:

1. A dívida externa dos países do Sul, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é ilegítima, injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente.
2. Os acusados, bancos e corporações transnacionais, governos do Norte, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, outras instituições financeiras internacionais e seus colaboradores no Sul, são autores, co-autores, cúmplices ou encobridores dos seguintes delitos e crimes cometidos” [e segue uma lista desses delitos e crimes, podendo-se salientar: favorecer o intercâmbio desigual (preços baixos para exportações e altos para importações); juros usurários; operações fraudulentas; pagamento da dívida com dinheiro obtido nas privatizações; apoio a governos ditatoriais e seu enriquecimento ilícito; depósitos em bancos estrangeiros; apoio às corporações transnacionais; medidas recessivas; etc.].

Numa linha jurídica, foi organizada a Campanha pela Auditoria da Dívida Externa, de caráter independente, visando a realização da auditoria da dívida externa de cada Estado, para verificar a exatidão das informações existentes. Entre as dívidas a serem rejeitadas desde logo estão as dívidas odiosas (de uma ditadura ou do apartheid), as de créditos usurários e corruptos; além de considerar, ademais, as cláusulas ilícitas, vícios de consentimento, anatocismo (juros sobre juros), dívidas “estatizadas” etc.

Há os que alertam para os riscos de uma anulação incondicional da dívida externa, porque ela

liberaria de suas obrigações aqueles grupos reduzidos dos países do Sul que se beneficiariam desta dívida, e até ampliaria a disponibilidade de recursos a governos que poderiam aproveitar para praticar um descontrole fiscal. Ficariam disponíveis recursos dentro das economias endividadas, para que fossem gastos ao bel prazer dos governantes e dos grupos dominantes. Em pouco tempo, estes poderiam endividar-se novamente, de maneira irresponsável. Com isso, em pouco tempo novamente estariam lucrando os mesmos especuladores internacionais (Acosta, 2003: 105).

Este autor contempla uma proposta da

necessidade de que a eliminação das dívidas seja feita em um marco de condicionalidades positivas para impedir que as elites dominantes sejam beneficiárias deste tipo de soluções temporárias. Elites que deveriam devolver, de alguma maneira, os benefícios obtidos com o endividamento externo (Acosta, 2003: 106).

Ora, a polêmica interna e externa sobre as políticas assumidas pelos governos Lula e Kirchner, considerando as estratégias em relação à dívida dos dois países, reacendeu as posições divergentes entre os diversos atores sociais nacionais, tanto no seio dos governos, quanto no seio da Sociedade Civil. Para os setores “progressistas” em geral, as medidas de Kirchner mostram como é possível enfrentar os credores com ousadia e firmeza, e as medidas de Lula seguem o padrão imposto pelo Consenso de Washington. Para os setores “conservadores”, a estratégia argentina traz insegurança e dificuldades futuras, e a adotada pelo governo brasileiro denota maturidade no cenário mundial.

De qualquer modo, o quadro demonstra, neste ponto específico, impasses exacerbados nas políticas macroeconômicas dos dois parceiros maiores do Mercosul, as oscilações recorrentes, e como é complexa a formação do Bloco.

Bibliografia

- ACOSTA, A. (2003). “Auditoria da dívida externa: a base para uma solução global, justa e transparente”. In: FATTORELLI CARNEIRO, M.L. (org.). *Auditoria da dívida externa: questão de soberania*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Campanha Jubileu Sul.
- AGUERRE, Maria Julia, BALBIS, Jorge, SARACHU, Juan José (2003). *La Sociedad Civil en el Mercosur – guía de actores*. Montevideo,
- ALGORTA PLÁ, Juan (coord.) (1994). *O Mercosul e a Comunidade Européia - uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA.
- COSTA LIMA, Marcos, MEDEIROS, Marcelo de Almeida (orgs.) (2000). *O Mercosul no limiar do século XXI*. São Paulo: Cortez/Clacso,
- Declaração das Organizações Cooperativas Nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (1999). *Cooperativas, o ‘rosto humano’ da economia*. Rio de Janeiro: Fórum Econômico e Social do Mercosul.
- DEMO, Pedro (2003). *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes.
- DUPAS, Gilberto (1999). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- FATTORELLI CARNEIRO, Maria Lúcia (org.) (2003). *Auditoria da dívida externa: questão de soberania*. Rio de Janeiro: Contraponto/Campanha Jubileu Sul.
- GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. (orgs.) (2001). *A cidadania negada – políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez.
- JACOBSEN, Kjeld Aagaard (1998). “Movimento sindical, integração econômica e acordos de comércio”. In: VIGEVANI, T. & LORENZETTI, J. (orgs. *Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais*. São Paulo, LTr,
- KOWARICK, Lúcio (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OIT (1995) . *Las relaciones laborales en el Cono Sur*. Santiago: Informe Relasur,
- _____. (1997). *Panorama laboral*. Santiago: Informe OIT.
- POCHMAN, Márcio (2000). Novas dinâmicas produtivas do emprego e do sindicalismo no Mercosul. In: COSTA LIMA, M. e MEDEIROS, M. de Al. (orgs.) . *Mercosul no limiar do século XXI*. São Paulo: Cortez/Clacso.
- _____. & AMORIM, Ricardo (orgs.) (2003, 2ª. ed.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1997). *Integração regional e mercado de trabalho no Mercosul*. Campinas: IE/Unicamp/Cesit.
- RAICHELIS, Raquel, WANDERLEY, L.E. (2001). “Gestão pública democrática no contexto do Mercosul”. In: SIERRA, Geronimo de (comp.). *Los rostros del Mercosur – el difícil camino de lo comercial a lo societal*. Buenos Aires: CLACSO.

A construção de um Mercosul Social

ROFMAN, Alejandro (2001). “El Mercosur, espacio para los grandes negocios o para la integración de los pueblos? Situación actual y perspectivas”. In: ROZAS, M., NETTO, J.P. *Mercosur y el impacto social en Latinoamérica*. Buenos Aires: Espacio.

ROZAS, Margarita, NETTO, José Paulo e outros (2001). *Mercosur e impacto social en Latinoamérica*. XIX Jornadas Nacionales de Trabajo Social. Buenos Aires: Espacio.

SIERRA, Gerónimo de, e outros (2002). Uruguay y América Latina ante la(s) Integración(es). *Revista de Ciências Sociais* 20. Montevideo: Univ. de la Republica/Facultad de Ciências Sociales/ Departamento de Sociologia.

SPOSATI, Aldaíza (1996). *Mapa da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC.

VIGEVANI, Tullo, WANDERLEY, Luiz Eduardo et alii (orgs.) (2004). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, EDUSC, EDUNESP.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (2003a). A particularidade da questão social na América Latina. *Revista Serviço Social & Sociedade* 76, Ano XXIV, nov. São Paulo: Cortez.

_____. (2003b). Globalização, religiões, justiça social: metamorfoses e desafios. In: LOPES SANCHEZ, Wagner (org.). *Cristianismo na América Latina e no Caribe – trajetórias, diagnósticos, prospectivas*. São Paulo: Paulinas.

_____, VIGEVANI, T. (orgs.) (2005). *Governos subnacionais e sociedade civil – integração regional e Mercosul*. São Paulo: EDUC/EDUNESP.

_____. Sociedade Civil, integração regional e Mercosul (2005). In WANDERLEY, L. E., VIGEVANI, Tullo (orgs.). *Governos subnacionais e sociedade civil – integração regional e Mercosul*. São Paulo: EDUC/EDUNESP.

_____. (2006). A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, M, BÓGUS, L. YASBECK, M.C. (orgs.) *Desigualdade e a questão Social*. São Paulo: Cortez.